

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: APONTAMENTOS SOBRE UM CAMPO EPISTEMOLÓGICO EM ASCENSÃO

GENDER, SEXUALITY AND SEX EDUCATION: NOTES ON A RISING EPISTEMOLOGICAL FIELD

Francinaide de Lima Silva Nascimento*
francinaidesilva@gmail.com

Andrezza Nascimento**
andrezza.tavares@ifrn.edu.br

RESUMO: O artigo versa acerca da análise das relações entre Gênero, Sexualidade e Educação Sexual enquanto categorias fundantes de um campo epistemológico em ascensão. Para tanto, empreende-se uma interlocução com Bergamo e Bernardes (2006), Bourdieu (2001), Ciavatta (1995) e Saviani (2007). Em termos de análise, obtiveram-se dados em repositórios públicos referentes à pesquisa e à comunidade científica no Brasil. A partir de parâmetros bibliométricos com o uso do Software Livre Iramuteq, foi organizado e interpretado o corpus documental constituído por 821 produções acadêmicas do tipo Dissertação e Tese. É válido ressaltar que Gênero, Sexualidade e Educação Sexual constituem um campo científico crescente de produção intelectual em diversos matizes epistemológicos, cujos interlocutores em destaque ainda são Foucault (1999), Scott (1990), Louro (1995; 1997) e Butler (1999). Registra-se ainda um aumento no interesse dos pesquisadores por historicizar, delimitar, demarcar e refletir sobre o campo em diferentes perspectivas, assim como tensões e esforços por sua consolidação em seus diversos âmbitos.

PALAVRAS CHAVE: História, Epistemologia, Campo Científico, Gênero, Sexualidade, Educação Sexual.

ABSTRACT: This work deals with an analysis of the relationship between Gender, Sexuality and Sex Education as founding categories of a rising epistemological field. Thus, the research considered a theoretical works undertaken by Bergamo and Bernardes (2006), Bourdieu (2001), Ciavatta (1995) and Saviani (2007). Data for analysis was retrieved from public repositories regarding these subjects in Brazil. The research data and corpora was analyzed by means of bibliometric parameters and processed by Free Iramuteq Software. Corpora consisted of 821 scholarly works such as Dissertations and Thesis that were organized and interpreted. It is necessary to point out that between Gender, Sexuality and Sex Education are a rising epistemological field, with accompanying increasing intellectual production in various scientific hues, whose highlighted interlocutors are Foucault (1999), Scott (1990), Louro (1995; 1997) and Butler (1999). It also seen that there is an increase in the interest of researchers to historicize, reinforce its boundaries as well as to reflect on all the different perspectives, tensions and efforts aiming the consolidation in its various academic fields.

KEYWORDS: : History, Epistemology, Academic Field, Gender, Sexuality, Sex Education.

Notas introdutórias

* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus João Câmara (IFRN - João Câmara), e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional pela mesma instituição (PPGEP-IFRN). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, com Estágio Doutoral no Exterior/CAPES na Universidade de Lisboa.

** Pós-Doutorado na Universidade do Minho em Portugal. Doutorado e Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pedagoga, Psicopedagoga e Jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

A análise das relações entre Gênero, Sexualidade e Educação Sexual no Brasil pode, em um primeiro momento, ensejar amplas possibilidades, em virtude de constituírem-se como categorias em um campo de conhecimento crescente de produção intelectual e que necessitam de contributos de diversas ciências. Contudo, optou-se por delimitar as filiações epistemológicas que influenciaram a constituição do campo científico da educação em torno dessas categorias, bem como a produção do conhecimento realizada nele (teses, dissertações e artigos científicos). Além disso, é válido ressaltar a pertinência de associações, eventos e periódicos existentes no país, os quais contribuíram com a legitimação, consolidação e circulação dessa produção científica.

Se é verdade, tal como propõe Bourdieu (2001), que a ciência é permeada por uma contradição permanente e inevitável, é relevante questionar periodicamente como um dado campo científico configura-se e as categorias que lhe servem. Isto porque os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam (BOURDIEU, 2001, p. 129). Se se considera que as ciências e o campo científico são acometidos pelas inflexões histórico-culturais e econômicas presentes nas sociedades, o campo científico, seus agentes e as impermanências também necessitam ser consideradas enquanto objeto de análise. Importa-nos, portanto, as constantes transformações ocorridas, por assim dizer, no trabalho de intelectuais e instituições para desvelar a historicidade desse fenômeno. Nesse sentido, interessa-nos a busca pelos fenômenos das relações entre os produtores de conhecimento, momento teórico esse em que os aportes aparecem subordinados às categorias da ciência da história. (BERGAMO; BERNARDES, 2006, p. 181).

No que toca às relações entre Gênero, Sexualidade e Educação Sexual, é válido ressaltar também que as discussões no cenário brasileiro se intensificaram ao longo da década de 1990, quando o currículo da escola básica demandou formação e atuação docente nesse tópico. Este é um aspecto ilustrativo de quão lacunar ou dispersa a discussão apresentava-se naquele momento. A premente proposta de inclusão do tema transversal

“Orientação Sexual” no currículo da educação básica intencionava considerar a sexualidade inerente à vida e à saúde¹, e, portanto, ressaltar sua importância para a inserção na escola.

De igual modo, em consonância com essas demandas e em um progressivo ganho político para o campo da educação, o advento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)² aponta, de um lado, para essas necessidades prementes e, de outro, para a insuficiência de materiais bibliográficos disponíveis, além de clareza de concepções norteadoras para o planejamento de ações efetivas na escola e suas repercussões na sociedade.

De volta ao âmbito acadêmico-científico, supõe-se também que a consolidação e emergência de grupos de estudo e de pesquisa, projetos e a produção decorrente deles são o reflexo dessas necessidades e da constituição de uma rede de intelectuais em discussão latente. Para Bergamo e Bernardes (2006, p. 180), “se há uma unidade entre conhecimento e produção de conhecimento, faz-se necessário estabelecer as distinções interiores a essa unidade, bem como determinar qual é o polo prevalente dessa realização.”

Assim, cabe-nos escrutinar: quais as principais influências e que matrizes e/ou filiações epistemológicas aportaram no âmbito da operacionalização do trabalho com as categorias Gênero, Sexualidade e Educação Sexual? Ao longo desse período, que temas têm sido recorrentes nos domínios dos fundamentos da ciência da educação?

Neste ponto, é imprescindível ressaltar a compreensão de “categoria” enquanto termo com “estatuto teórico e acúmulo de conhecimento que lhe dá sustentação”, caracterizada por objetividade, historicidade e universalidade. De acordo com Ciavatta (1995, p. 40), na medida em que uma categoria alcança, por seus fundamentos e pesquisa científica, maior poder explicativo, ela adquire a qualidade de um conceito, isto é, uma elaboração com capacidade explicativa da realidade. Mas os dois termos, no meio acadêmico, costumam ser intercambiáveis.

¹ A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promoveu a reorganização da educação em níveis, criou modalidades e, posteriormente, decorreu dessa uma série de reformas curriculares na educação básica e para a formação de professores.

² A SECADI foi instituída no âmbito do Ministério de Educação e tinha suas atribuições no decreto n. 7.690, de 2 de março de 2012. Sua extinção foi autorizada pelo Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, imediatamente à assunção de uma nova gestão presidencial no Brasil, caracterizada por ideologias afiliadas à necropolítica.

Para fins de análise, dialogou-se com Bourdieu (2004), Bergamo e Bernardes (2006) acerca de campo científico e de produção do conhecimento. Mobilizou-se a categoria Trabalho-Educação, na acepção postulada por Saviani (2007), enquanto fundante para a compreensão das relações entre pesquisadores e pesquisas. Dito de outra forma, entende-se aqui os pesquisadores como produtores de suas existências e em amplo processo de educação no mesmo momento de engendramento de um campo científico. Além disso, serviram às discussões as análises propostas por Carrara, França e Simões (2018), César (2009), Ribeiro e Xavier Filha (2013), Sohiet e Pedro (2007).

Em termos metodológicos, operou-se com critérios qualitativos, em que foi feito uso de recursos bibliométricos para o levantamento bibliográfico e seu uso na pesquisa científica. Nesse sentido, o estudo respalda-se em Galvão (2014), no tocante ao mapeamento das informações com o uso de tecnologias, e de Lopes (2012) a respeito das estratégias de busca para a recuperação de informações. Este procedimento foi útil ao tratamento de metadados que registravam as categorias recortadas.

Serviram ao levantamento do *corpus* documental os dados obtidos nos repositórios³ da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esses dados foram tratados com o uso do *Software Livre Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*⁴.

Souza et al (2020) asseveram o consenso por parte dos pesquisadores quanto à eficiência do uso do *Software Iramuteq* no gerenciamento e recuperação de dados qualitativos. É válido ressaltar que seu uso facilita o processo de análise dos dados, a organização e separação de informações, o aumento na eficiência do processo e a facilidade na localização dos segmentos de texto, além da agilidade no processo de codificação. Outra

³ Ressalta-se a dinamicidade das ocorrências em repositórios digitais. Desse modo, os dados apresentados sobre todos os *corpus* gerados e analisados na presente pesquisa advindos de repositórios e portais digitais referem-se a uma busca realizada em 13 de maio de 2020.

⁴ O *Software Iramuteq* foi criado por Pierre Ratinaud e mantido até o ano de 2009 em língua francesa. Atualmente, dispõe de dicionários completos em várias línguas. Ele é desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo *software* estatístico *R*. De acordo com Sousa et al (2020), no Brasil, o referido *software* começou a ser utilizado em 2013 nas pesquisas sobre representações sociais e logo outras áreas apropriaram-se do seu uso, contribuindo para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos.

vantagem do uso do *software* é a possibilidade de análises, como as textuais clássicas, de especificidades, similitude e nuvem de palavras.

Na pesquisa, foram consultados também dados do Portal de Periódicos e da Plataforma Sucupira, ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Além disso, dada sua importância foram pesquisadas informações nos portais das Associações Científicas brasileiras, a saber: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF); Associação Nacional de História (ANPUH).

Partindo do pressuposto inicial de que há uma pluralidade teórico-metodológica, faz-se mister identificar quais são os principais aportes conceituais e procedimentais recrutados nas ciências. Isto porque as categorias Gênero, Sexualidade e Educação Sexual constituem-se enquanto pontos de convergências entre campos científicos distintos. Apesar de compreendermos que essa tríade configura-se como categoria, ela assume sentido próprio quando relacionada.

É nítido o trânsito das categorias elencadas em áreas como Antropologia, Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Educação, Filosofia e História. Entretanto, as perspectivas inter, multi, transdisciplinares não são argumentos válidos para hierarquizar ou diminuir a importância dos contributos disciplinares. Apresenta-se como salutar o traspasse entre áreas, não obstante o reconhecimento dos limites de cada uma delas ou os subsídios de cada ciência para o campo em análise.

Em síntese, com quem dialogam os pesquisadores de Gênero, Sexualidade e Educação Sexual no Brasil? Nessa reflexão introdutória, primeiro, buscou-se conjecturar sobre a (re)configuração de um campo científico em que há a presença dominante das categorias Gênero, Sexualidade e Educação Sexual. Em um segundo momento, emergindo das áreas dos fundamentos epistemológicos, empreendeu-se um diálogo com os principais estudos já realizados pelos pesquisadores brasileiros, em uma perspectiva de estado da arte em diálogo com a produção acadêmica. E, por fim, enfocaram-se as potencialidades temáticas, com o intuito de conceber perspectivas de novos quadros teórico-metodológicos.

Gênero, Sexualidade e Educação Sexual e a (re)configuração de campos científicos

Um campo crescente de produção intelectual em torno das categorias Gênero, Sexualidade e Educação Sexual colocam-nas em um ponto de convergência nos campos de conhecimento que fundamentam a área da Educação e o fenômeno educativo em diversos âmbitos.

No lastro histórico, as relações entre Gênero, Sexualidade e Educação já foram amplamente evidenciadas por estudos historiográficos em diferentes temáticas: escolarização da infância, formação de professores(as), instituições educativas, educação da mulher.

Ao discutir uma epistemologia para gênero, sexualidade e educação, César (2009) evidencia relevante histórico da sexualidade e da educação sexual na escola, apresentando períodos, obras e autores fundantes para a discussão no país.

Ao longo da história da educação brasileira, o currículo e as práticas escolares passaram por modificações, e a institucionalização da escola no país demonstra, tal como assinala Vidal (2003), o estabelecimento de padrões normativos para a produção e reprodução de uma cultura escolar em que a educação sexual era normalizadora, com bases eugênicas e higienistas. Este fato também pode ser comprovado por pesquisas como as de Silva (2010) e Nascimento (2013; 2018), as quais demonstram relações diferentes na escolarização de meninos e meninas na escola primária, como também diferença no programa de formação de professores quanto ao sexo e suas atuações profissionais, sobretudo quando se recortam as primeiras décadas do século XX.

Se um campo científico se configura com a participação de grupos de pesquisadores articulados em torno de um tema, observa-se que os grupos de pesquisa, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, instituições e associações estão cada vez mais se estabelecendo no Brasil.

Nesse ínterim, Gênero, Sexualidade e Educação Sexual adquirem um *status* de categoria com unidade de sentido próprio. Corrobora essa afirmação a autorização da CAPES

para o funcionamento de um Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual⁵. Em funcionamento desde o ano de 2013, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *Campus Araraquara*, em Araraquara no estado de São Paulo, o referido programa oferta o Curso de Mestrado Profissional.

A Plataforma Sucupira da CAPES (2020) registra 190 Programas de Pós-Graduação avaliados e reconhecidos na área de Educação, classificados nas modalidades e com as seguintes ofertas: Mestrado Acadêmico (ME) – 44; Doutorado Acadêmico (DO) – 1; Mestrado Profissional (MP) – 50; Doutorado Profissional – 0; Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico (ME/DO) – 90; Mestrado Profissional e Doutorado Profissional (MP/DP) – 2. Em relação aos cursos, os referidos programas ofertam 285, os quais estão organizados em: Mestrado Acadêmico (137); Mestrado Profissional (52); Doutorado Acadêmico (94) e Doutorado Profissional (2).

A massiva produção científica em torno das categorias recortadas fica evidente na pesquisa à BDTD, em que o termo “Gênero” resulta em 37.357 trabalhos de pós-graduação; “Sexualidade” em 11.021 produções; “Educação Sexual” em 1.804 ocorrências. Por seu turno, a associação dos termos “Gênero, Sexualidade e Educação Sexual” para a busca com todos os metadados correspondeu a 821 produções acadêmicas, sendo 616 Dissertações e 215 Teses, com defesas entre 1994 e 2020. Elas foram catalogadas por títulos, palavras-chave, resumo, resumo em língua estrangeira, autoria, instituição, ano de defesa, região no país: Sudeste (375), Sul (225), Nordeste (156), Centro-Oeste (68), Norte (7). Posteriormente, títulos e palavras-chave foram processados pelo *Software Iramuteq* em uma análise léxico-textual. A Figura 1 evidencia uma nuvem de palavras-chave com os 50 termos mais recorrentes.

⁵ O Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual teve o Curso de Mestrado Profissional recomendado pela CAPES em 26 de março de 2012 e início de funcionamento em 01 de janeiro de 2013. Foi reconhecido por portaria de 10 de julho de 2013, após a homologação da 134ª Reunião do CTC-ES, Parecer CNE/CES 46 e 284/2013. A renovação de reconhecimento data de 18 de março de 2019, com a homologação do parecer CNE/CES 487/2018, referente à Avaliação Quadrienal de 2017.

Os dados obtidos junto à esta instituição demonstram uma crescente aglutinação de pesquisadores em torno dos temas no Brasil. O emprego dos mesmos critérios de busca utilizados anteriormente para a produção científica procedeu nos resultados a seguir: Gênero – 1894 grupos; Sexualidade – 539 grupos; Educação Sexual – 130 grupos.

Da busca por Gênero Sexualidade Educação Sexual (sem aspas e vírgulas), derivaram 13 grupos de pesquisa certificados pela referida instituição de fomento. As áreas de concentração destes foram Ciências Humanas e Ciências da Saúde. E as subáreas corresponderam a: Educação (8); Saúde Coletiva (2), Antropologia (1), História (1), Sociologia (1).

Das Instituições de Ensino Superior (IES) às quais estão vinculados os grupos, todas são federais e somente uma delas é da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em termos de localização geográfica, obteve-se que eles se situam nas regiões Centro-Oeste (1); Norte (3); Nordeste (4); Sudeste (5). Essa estratégia de busca não identificou nenhum registro para a região Sul do Brasil. Este fato indicava que os dados estavam incompletos.

A busca pela junção dos termos Gênero, Sexualidade, Educação (área do conhecimento mais abrangente), por sua vez, resultou em 23 grupos de pesquisa. Ou seja, houve uma ampliação do número, inclusive, apresentando somente uma ocorrência em comum com a busca anterior.

Esta pesquisa permitiu ao quadro evidente anteriormente, a inclusão dos GP da região sul do país e de outras instituições. No que toca às áreas de concentração, eles advêm também expressivamente da área de Ciências Humanas. Registrou-se a ocorrência das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde, sendo um GP para cada. Em termos de localização geográfica, obteve-se que eles se situam nas regiões Centro-Oeste (4); Norte (2); Nordeste (6); Sudeste (8), Sul (3). Sobre a tipologia das instituições temos: Federal (12); Estadual (8); Instituto Federal (3).

ressaltar que o referido repositório possui uma base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos conferindo uma dinâmica diferente a cada busca em seu *corpus*. Ele realiza censos bi-anuais, que são expressão dos registros contidos. Outro aspecto importante é que o CNPq não exige a participação de instituições, pesquisadores e estudantes no seu repositório de GP como requisito para a participação em seus editais e programas. Desse modo, há a possibilidade de outras produções e pesquisadores que não sejam contemplados nas buscas a essa plataforma.

Nesse sentido, optou-se por aglutinar os resultados das pesquisas, subtraindo a única ocorrência comum às duas buscas, a qual foi computada exclusivamente. E, portanto, obteve-se um conjunto de GP que melhor representou a rede de pesquisadores e colaboradores acerca da temática Gênero, Sexualidade e Educação (Educação Sexual) no país. Os dados foram classificados por nome do GP, Instituição de Educação Superior (IES) a qual se vincula, área e subárea do conhecimento e região, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Grupos de Pesquisa sobre Gênero, Sexualidade e Educação (Educação Sexual) no Brasil

GRUPO DE PESQUISA	IES	ÁREA/subárea	REGIÃO
Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas	UNESP	Ciências Humanas (Antropologia)	Sudeste
Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação (NUDISE)	UNESP	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Grupo de pesquisa e extensão sobre sexualidades (GSEXs)	UNESP	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Grupo de Estudos e Pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação: Estudos Surdos, das questões raciais, de gênero e da infância	UNICAMP	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Estudos de gênero e sexualidade: da invisibilidade à construção de sujeitos	IFSP	Ciências Humanas (Sociologia)	Sudeste
Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos (GRUPIs)	UFRRJ	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Núcleo de Estudos e Pesquisas SANKOFA: Relações étnico raciais, memória, cidadania e direitos humanos	UFF	Ciências Humanas (História)	Sudeste
Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero na Educação Física	UFF	Ciências da Saúde (Educação Física)	Sudeste
Grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED)	UFJF	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (NEPED)	UFJF	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação (GPECS)	UFU	Ciências Humanas (Educação)	Sudeste
Grupo de Pesquisa em Educação e Humanidades	UEMG	Ciências Humanas	Sudeste
(co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade no Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidade (LABTrans/UFRB)	UFRB	Ciências da Saúde (Saúde Coletiva)	Nordeste
Formação, Experiência e Linguagens	UNEB	Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação)	Nordeste
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (GEPEI)	UESC	Ciências Humanas (Educação)	Nordeste
Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero	UFS	Ciências Humanas (Educação)	Nordeste
Dadá - Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde	UFRPE	Ciências Humanas (Sociologia)	Nordeste
Medicina Social: Direito, Saúde e Cidadania	UFPB	Ciências da Saúde (Saúde Coletiva)	Nordeste
Formação de Professoras, Metodologias e	UFMA	Ciências Humanas	Nordeste

Práticas Educativas em Direitos Humanos		(Educação)	
Gênero, Memória e Identidade (GENI)	UFMA	Ciências Humanas (Educação)	Nordeste
Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (ENGENDRE)	UFPI	Ciências Humanas (Sociologia)	Nordeste
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ciências Sociais	UEPI	Ciências Humanas (Educação)	Nordeste
Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Educação Sexual	UFT	Ciências Humanas (Educação)	Norte
Laboratório Amazônia Episteme (LAE)	UFRO	Ciências Humanas (Educação)	Norte
Grupo de Pesquisa sobre Educação, Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento Regional	IFTO	Ciências Humanas (Educação)	Norte
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária (GEPGTEC)	UEPA	Ciências Humanas (Educação)	Norte
Gênero, Sexualidades, Educação e Gerações	UEPA	Ciências Humanas (Antropologia)	Norte
Diversas - Núcleo de estudos e pesquisas transdisciplinares em Diversidade	IFGO	Ciências Humanas (Educação)	Centro-Oeste
Grupo de Estudos e Pesquisa: Gênero, Identidades e Sexualidades	UFMT	Ciências Humanas (Sociologia)	Centro-Oeste
Grupo de Estudos em Pesquisas em Inovação, Políticas Públicas e Educacionais	UFMS	Ciências Humanas (Educação)	Centro-Oeste
Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação	UFMS	Ciências Humanas (Educação)	Centro-Oeste
Grupo de Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Educação	IFB	Ciências Humanas (Educação)	Centro-Oeste
Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE)	UFRGS	Ciências Humanas (Educação)	Sul
Gênero e Diversidades	UERGS	Ciências Humanas (Educação)	Sul
Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/América do Sul)	UNIPLAC	Ciências Humanas (Educação)	Sul
Total: 35 GRUPOS DE PESQUISA			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no DGP/CNPq.

Desse modo, ressalta-se que por regiões emergem as seguintes classificações acerca dos GP: Sudeste (12); Nordeste (10); Norte (5); Centro-Oeste (5); Sul (3). Em termos de tipologia institucional, temos: Federal (19); Estadual (12); Instituto Federal (4). Em relação às áreas: Ciências Humanas (31); Ciências da Saúde (3); Ciências Sociais Aplicadas (1).

De modo análogo, houve o cruzamento com os GP vinculados ao GT-23 Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED. Ressaltamos, portanto, os que não surgiram nos critérios de busca utilizados anteriormente, dentre os quais estão: Gênero e Sexualidade (ANAHÍ/USP); Comunidades Aprendentes em Educação Ambiental, Ciências e Matemática (CEAMECIM/FURG); Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (UFRGS); Corpo, Gênero e Sexualidade nos Processos de Subjetivação – Multiversos (UNIFOR); Estudos em Educação em Ciências (UFRGS); Grupo de Estudos das Pedagogias do Corpo e da Sexualidade

(GEPECOS/UEM); Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Gênero (GEPSEX/UFMS); Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS); Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Educação Física (UFRB); Grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a sexualidade na contemporaneidade: a problemática da Formação Docente (UFLA); Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (LABIN/UFPR); Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFPR); Gênero, Diversidade e Sexualidade (Núcleo Capitu/UFRB); Núcleo de Pesquisa e Estudo em Diversidade Sexual (NUDISEX/UEM); Sexualidade e Escola (FURG).

Essa confluência de necessidades dos pesquisadores brasileiros por um espaço de legitimação para um discurso no campo epistemológico propiciou também, ao longo dos anos 1990 e 2000, a proposição de diversos grupos de trabalho e comitês para os pesquisadores associados à instituições científicas.

Desse modo, a pesquisa persistiu entre as associações das áreas do conhecimento no Brasil, conforme classificação da CAPES. Da busca, foram encontrados Grupos de Trabalho e Comitês dispostos no Quadro 2:

Quadro 2 – Grupos de Trabalho e Comitês de Associações Científicas no Brasil

ASSOCIAÇÃO	GT/COMITÊ	ANO	ÁREA
ABRASCO	GT-Gênero e Saúde	1995	Ciências da Saúde
ANPUH	GT-Estudos de Gênero	2001	Ciências Humanas
ANPED	GT 23-Gênero, Sexualidade e Educação	2003	Ciências Humanas
ABA	Comitê Gênero e Sexualidade	-	Ciências Humanas
ANPOCS	-	-	Ciências Humanas
ANPOF	GT-Filosofia e Gênero	-	Ciências Humanas

Fonte: Elaboração própria

O Diagrama de Venn permite a visualização das intersecções entre as áreas de Antropologia, Educação, Filosofia, História e Saúde no que concerne a Gênero, Sexualidade. Embora recorrente, a categoria Educação Sexual não emerge na nomeação dos GT ou Comitês.

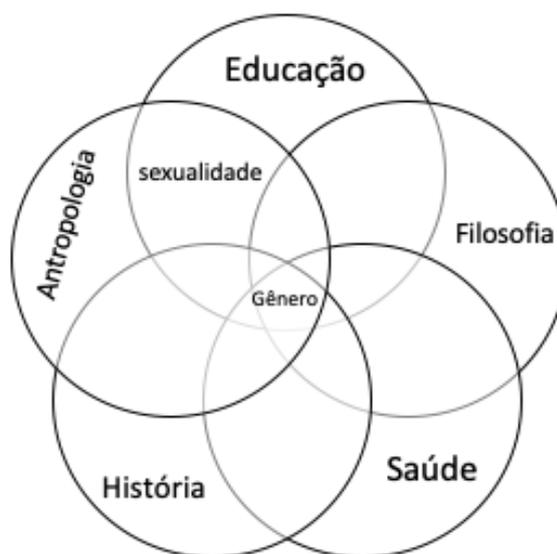


Diagrama 1 – Intersecção entre as categorias nos GT das áreas do conhecimento Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos GT das Associações Científicas

A aspiração pelo fortalecimento da rede de pesquisadores é um aspecto pujante do crescente alargamento propiciado pelas categorias no campo científico. Em um breve panorama histórico acerca do trabalho de pesquisadores credenciados às associações e reunidos em torno do tema em análise, temos que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), fundada em 1979, foi a primeira a instituir um Grupo de Trabalho no ano de 1995, com enfoque temático: o GT Gênero e Saúde.

No âmbito da ciência histórica, os pesquisadores coligados à Associação Nacional de História (ANPUH), fundada em 19 de outubro de 1961, dispõem do Grupo de Trabalho Estudos de Gênero, criado em 2001. Possas (2014) ressalta que o GT surgiu no XXI Simpósio Nacional da ANPUH/UFF, no mesmo ano da institucionalização dos Grupos de Trabalho. Na ocasião, por unanimidade, a professora Rachel Soihet foi indicada como Coordenadora Nacional atendendo às normas estabelecidas pela Assembleia Geral e Estatutos da referida associação. De modo semelhante, foram indicadas: como Coordenadora Regionais do Rio de Janeiro, a professora Suely Gomes Costa, da UFF; de Santa Catarina, a professora Joana Maria Pedro, da UFSC (representada por Janine Gomes da Silva); e de São Paulo, a professora Lídia M. Vianna Possas, da UNESP.

Em registro acerca da trajetória do GT Estudos de Gênero ao longo dos anos 2001 a 2014, Possas (2014, p. 24) acentuou enquanto meta dos pesquisadores associados a busca

por consolidar uma identidade acadêmico-científica conquistada pelo esforço, trabalho de pesquisa e, principalmente, de contribuição historiográfica relevante.

No que diz respeito à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1995, registra-se a existência do Comitê Gênero e Sexualidade. Contudo, não se encontrou data de seu início. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), criada em 1977, embora evidencie expressiva produção dos pesquisadores associados, não apresenta Grupo de Trabalho com a temática.

No que toca à Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), fundada em 1983, há um espaço para legitimar as discussões em torno da categoria gênero em suas relações com a Filosofia: o GT-Filosofia e Gênero. Todavia, não se encontrou data de seu início.

Em relação aos dados provenientes dos Grupos de Trabalho e Comitês, encontrou-se dificuldade em sua obtenção. Dessa forma, valemo-nos de outras produções, a exemplo de eventos com enfoque temático, do Fazendo Gênero (FG) e dos periódicos.

O Seminário Internacional Fazendo Gênero (FG)⁷ é um evento que é realizado desde 1994, inicialmente organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em sua primeira edição, aglutinou pesquisadores e pesquisadoras em torno dos Estudos sobre a Mulher, com ênfase nas reflexões acerca do gênero na Literatura, História, Psicanálise e Antropologia, enfocando também o feminismo. Ganhou *status* internacional no ano de 2000, em sua quarta edição, quando discutiu Cultura, Política e Sexualidade no século XXI.

No tocante aos periódicos, sobressai-se a Revista Estudos Feministas (REF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo escopo é a difusão dos estudos sobre mulheres, feministas e de gênero. Grossi (2004), ao historicizar o que denominou primeira fase da revista na UFSC (1999-2002), assinalou que a REF foi criada em 1992 com auxílio financeiro da FORD e esteve sediada por sete anos no Rio de Janeiro, editada pela Escola de Comunicação-CIEC-UFRJ e, posteriormente, pelo PPGCS/UERJ e no IFCS/UFRJ. Em 1999,

⁷ Prospecta para o ano de 2021, a 12ª edição adiada em virtude da pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Com o tema “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos” intenciona reunir pesquisadoras, estudantes, ativistas, artistas, professoras e interessadas nas questões que envolvem o gênero, as mulheres, feminismos e sexualidades.

passou a ser editada em Santa Catarina, sob a responsabilidade editorial de Miriam Pillar Grossi.

Destaca-se também o Cadernos Pagu, vinculado à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por meio do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU enquanto espaço fundante de discussões acerca dos estudos de gênero. O Cadernos Pagu foi lançado acompanhando a própria institucionalização do PAGU, em 1993, como resultado de ações das pesquisadoras atuantes em campos interdisciplinares distintos, as quais buscavam realizar interlocução com as teorias feministas e de gênero. É o lugar de publicações e difusão da produção de conhecimento no campo.

Também o Caderno Espaço Feminino, do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM-UFU), foi criado em 1994 com a finalidade de conferir maior visibilidade aos resultados das pesquisas acadêmicas nacionais e internacionais no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres.

De modo análogo, outros periódicos colaboram com a difusão de pesquisas e consolidação do campo. A Revista Gênero, criada em 2000 no Programa de Pós-Graduação de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), busca difundir contribuições acerca dos estudos feministas e de gênero em uma diversidade de disciplinas, enfocando feminilidades, homossexualidades, masculinidades, dentre outros temas correlacionados.

A revista Bagoas – estudos gays, gênero & sexualidades é um periódico criado em 2007, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem o escopo bem delimitado na publicação resultante de estudos teóricos e pesquisas empíricas sobre gênero, sexualidade, homossexualidade, cujo enfoque são os estudos gays (homoerotismo, lesbianidade, transexualidade, conjugalidades e parentalidades homossexuais, identidades LGBTI). Evidencia também temáticas provenientes da teoria social, análises da política e reflexões sobre lutas por reconhecimento e direitos humanos.

A Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também se ocupa de divulgar estudos e pesquisas acerca da temática em

análise. A dimensão dos periódicos nas temáticas em tela é um campo difuso, mas com profusão na divulgação da produção do conhecimento, legitimando um espaço epistemológico.

Ainda no tocante à produção, enfatiza-se a área da Educação, em virtude de a categoria em destaque ser Gênero, Sexualidade e Educação Sexual. No âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), criada em 16 de março de 1978, verificou-se a criação de um espaço próprio para as discussões. Dentre seus Grupos de Trabalho já consolidados, a emergência de um Grupo de Estudo (GE) particular para tratar dos temas gênero e sexualidade, em suas relações com a educação. A 26ª Reunião Anual da ANPED, ocorrida em 2003, configura-se como o tempo e espaço para a emergência desse grupo de estudos se estabelecer e articular pesquisadoras/es, docentes e estudantes.

Ressalta-se, por último, que, depois, este grupo adquiriu o *status* de GT23-Gênero, Sexualidade e Educação, o qual em sua expressiva atuação é o responsável pela produção de 207 artigos em reuniões anuais da associação ao longo de 13 anos de existência. No tocante à Produção do Grupo de Trabalho 23, da ANPED, obteve-se:

Quadro 3 – Número de Artigos do GT 23 nas Reuniões da ANPED (2004-2019)

ANO	REUNIÃO ANUAL ANPED	ARTIGOS CIENTÍFICOS
2004	27	13
2005	28	13
2006	29	12
2007	30	16
2008	31	11
2009	32	12
2010	33	15
2011	34	15
2012	35	17
2013	36	17
2015	37	23
2017	38	21
2019	39	22
Total	13 Reuniões	207 artigos

Fonte: Dados obtidos junto à ANPED.

Os dados no Quadro 3 expressam uma crescente produção desde a criação do GT-23 e consolidação da procura por debater junto ao conjunto de pesquisadores especializados nas ciências da educação.

Os elementos anteriormente elencados apontam para uma pluralidade teórico-metodológica, para a robustez nas produções, bem como para um expressivo número de pesquisadores constituindo uma rede de sentidos para Gênero, Sexualidade e Educação Sexual. Estes configuram contextualmente temas, objetos e abordagens relevantes ao campo científico. No que concerne à produção, ao delimitar Gênero, Sexualidade e Educação Sexual em perspectiva bibliométrica, cabe o destaque aos parâmetros, os quais deixaram de fora importantes produções, principalmente quando se trata dos GP que, em seus metadados, não evidenciam a associação dos termos correspondentes às buscas.

Em síntese, há grupos de pesquisas e produções que configuram um campo em torno da categoria Gênero, Sexualidade e Educação Sexual em uma imprescindível contribuição à ciência, seja advinda das Ciências Humanas ou em sua intersecção com as Ciências da Saúde. Ou seja, extrapolam as delimitações impostas nesta pesquisa.

Ao mesmo tempo em que Gênero, Sexualidade e Educação Sexual servem às ciências, na episteme de cada uma delas, incidem diretamente sobre elas conferindo novo quadro de significados, relacionando-se com uma infinidade de outras categorias, permitindo conjuntos diversos de possibilidades para explicação das realidades. Assim, ela engendra-se como categoria e como campo nos domínios das demais ciências. Desse modo, reconfiguraram-se campos científicos preexistentes ao mesmo tempo em que se aglutina o trabalho intelectual de diversos sujeitos da pesquisa.

Quadro Teórico-Conceitual que serve à categoria Gênero, Sexualidade e Educação Sexual no Brasil

Um campo científico é constituído por um sólido *corpus* de conceitos que lhe serve. O tratamento das produções em nível de pós-graduação brasileira demonstra claramente reformulações demarcadas por temporalidades diversas. Nesse sentido, é possível visualizar a consolidação e emergência de estudos sobre gênero, sexualidade, educação sexual em suas relações com outras categorias, tais quais: mulher, diversidade sexual, homossexualidade, identidade de gênero, feminismo, juventude, masculinidade, homofobia, entre outras, as quais indicam para potencialidades de abordagens.

Nesse sentido, também é possível perceber as teorizações conceituais crescentes ao longo dos anos no Brasil, as quais demonstram que não somente teóricos reconhecidos e referenciados internacionalmente têm espaço no palco dos debates acadêmicos brasileiros,

mas também que pesquisas e pesquisadores têm assumido o protagonismo nos quadros de referências. Dessa forma, tanto no âmbito conceitual quanto prático, temos visto a consolidação e ascensão de nomes como Louro (1995; 1997; 1998; 2000), Soihet e Pedro (2007), César (2009), Bonfim (2010), dentre outros pesquisadores.

Ao longo desse período, pesquisadores do campo também promoveram reflexões importantes acerca da epistemologia em diferentes dimensões, seja discutindo o próprio campo, objetos de estudo emergentes, abordagens teórico-conceituais, procedimentos metodológicos, bem como quem são os pesquisadores da área e seus principais interesses de estudos. Acerca deste aspecto, é válido destacar que Grossi (2014) evidencia as tensões intelectuais entre os pesquisadores que se identificam com o campo dos estudos sobre o feminismo e os que se filiam aos estudos de gênero, por exemplo.

No tocante aos antecedentes, um dos marcos teóricos nos estudos do Gênero no Brasil foi a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de autoria de Joan Scott (1990), na *Revista Educação e Realidade*. Com ênfase pós-estruturalista, este que ainda é um dos mais citados pelo campo científico, influenciou pesquisadores e amplificou o uso da categoria gênero. No domínio historiográfico, Soihet e Pedro (2007) demonstram que, apesar da resistência à inserção da categoria gênero, no campo da história despontaram pesquisas ensejando essas relações. Ainda que alguns pesquisadores coloquem em oposição “história de gênero” e “história das mulheres”, é quase impraticável do ponto de vista teórico e metodológico isolar cada uma delas, como também evidenciam que a urgência da interpenetração de categorias inclui também abordagens sobre gays, lésbicas e masculinidades.

Simultaneamente, as discussões empreendidas por César (2009) a respeito do campo epistemológico de gênero, sexualidade e educação enfocam os condicionantes políticos e o decisivo reencontro dos estudos sobre a sexualidade e as novas perspectivas dos estudos de gênero. No que tange à Sexualidade, a concepção de sexualidade como dispositivo histórico, propugnado por Michel Foucault (1999), é a mais adotada pelos pesquisadores, que utilizam as teorizações do autor francês para reflexões sobre a sexualidade na educação.

Emerge também, nas produções, a interlocução eloquente com a obra de Judith Butler (1999) numa perspectiva crítica, no âmbito da diversidade sexual, em estreito diálogo

com a matriz heterossexual para reflexão acerca da imposição da heterossexualidade como padrão, ou de como a intelectual mesma denomina: a heteronormatividade.

Sobre a categoria Educação Sexual, temos como principal referência brasileira as pesquisas empreendidas por Louro (1995; 1997; 1998) e demais produções decorrentes de seu grupo de pesquisa. A pesquisadora problematiza o fato de que o currículo além de possuir uma matriz masculina é heterossexual. Questiona a concepção naturalizada, a-histórica e monolítica de sexo e sexualidade. Aglutina-se aos pressupostos da teoria *queer* para debater gênero como construção cultural, linguísticas e institucional expressa nas relações de poder. Assim, questiona na perspectiva da teoria *queer*, como é engendrado o conhecimento que produz a norma sexual e social.

Corroborando essa problemática, Bonfim (2010) aponta as contradições, os limites e possibilidades da Educação Sexual no currículo escolar brasileiro, propugnando a inserção de uma disciplina/componente curricular que aborde adequadamente a construção histórica e cultural da sexualidade humana durante a formação de professores. De acordo com a autora, essa inserção permitiria uma perspectiva educacional emancipatória e relacionando perspectivas das ciências biológicas e humanas. Mesmo reconhecendo como insuficiente, visto que a problemática envolve aspectos políticos, histórico-culturais, religiosos, sociais, esse seria um primeiro passo para tencionar o campo educacional.

Em termos empíricos, os dados evidenciam que os objetos advindos da pesquisa sobre as relações entre Gênero, Sexualidade e Educação Sexual estão massivamente relacionados à educação pública – seja referente às instituições de educação básica ou de ensino superior, mais detidamente aos cursos de formação inicial ou continuada de professores. Nesse ponto, vale o destaque ao curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) enquanto componente do programa que expressou uma política de governo direcionada à formação de professores da rede pública de ensino. As primeiras edições ocorreram entre os anos de 2006 e 2007. Foi ampliada como ação do Ministério da Educação (MEC) em diversas instituições de educação nas regiões do Brasil⁸. Também desse tópico emergem práticas

⁸ O Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) constituiu-se como política de governo com fins à formação de professores em atuação na educação básica, com vistas ao fortalecimento das discussões e ações acerca dos temas gênero, sexualidade, raça e etnia. O Conselho Britânico foi o financiador das ações do curso que contou com a execução da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da CAPES/MEC na articulação das ofertas em nível de extensão e/ou de especialização. Teve também parceria entre diferentes instituições brasileiras e estrangeiras,

docentes, inclusive tematizando as tecnologias, políticas educacionais, além de programas e projetos sociais, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia⁹, criado em 2004, para atuar na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia.

Outros temas recorrentes são o da violência sexual, homofobia, LGBTfobia, geração, em que se sobressaem Infância, Juventude, Idosos. Em termos de inclusão, destaque-se o estudo sobre sexualidade e deficiência visual, intelectual e física.

Se, por um lado, verificamos um destaque para estudos que enfocavam a biologização da sexualidade, as relações com DST/HIV, a saúde da mulher e a reprodução nos anos 1990, por outro, verifica-se a ascensão de objetos com relação direta aos temas ideologia de gênero, diversidade sexual, heteronormatividade, homofobia, violência sexual (na infância e contra a mulher), sobretudo nas pesquisas realizadas a partir dos anos 2000. Mulher e feminismos também são temáticas importantes, em que se verifica a condição das mulheres camponesas, afrodescendentes, indígenas, privada de liberdade, no mundo do trabalho, no esporte, nos movimentos sindicais.

É válido destacar também a presença de estudos sobre narrativas autobiográficas, corpos, sexualidades, subjetividades, representações, discursos, narrativas, ideologia de gênero, discurso de gênero, infância *queer*, heteronormatividade, masculinidades e feminilidades, raça, saúde sexual e reprodutiva, educação em saúde, transsexualidade, transmasculinidades, heterossexismo, bissexualidade, identidade.

Em síntese, além de uma profusão teórico-metodológica, os estudos apresentam uma ampla diversidade de abordagens e enfoques em diferentes domínios das ciências

a exemplo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Paraná (SPM/PR), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR/PR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), do *British Council* e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ).

⁹ O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, foi um programa de governo que teve por fins a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania no país. Constituiu-se enquanto marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença e reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais conquistados. Entre as principais ações estiveram: o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; a disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e, ainda, o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB.

humanas e da saúde. Ao mesmo tempo, apontam para a necessária consideração da instabilidade semântica das categorias, quando consideradas de modo isolado. Assim, recomenda-se a intersecção e consideração dessas relações no âmbito dos seus significados, à luz da história e dos sentidos que se estendem às demais categorias que se integram por suas relações de identidade.

À guisa de conclusão (ou para continuar as reflexões)

Diante do *corpus* de trabalhos produzidos, a busca por operar sobre dimensões, abordagens e domínios do campo científico na atual configuração, na acepção dada por Elias (2001), aparece como um desafio, tendo em vista as inúmeras possibilidades de caminhos a serem assumidos. Compreendendo que esta discussão somente inicia-se e continua a partir das reflexões ensejadas, apontamos um amplo espectro das relações entre Gênero, Sexualidade e Educação Sexual enquanto categorias com características heterogêneas. Elas variam também nas temporalidades, mas consideramos como potentes aglutinadas por configurar um campo científico.

Faz-se imprescindível, contudo, apontar alguns tópicos perceptíveis e a serem aprofundados em outros momentos. O primeiro concerne à dispersão das categorias por áreas, o que, ao mesmo tempo, é enriquecedor pela interdisciplinaridade, mas prejudicial em termos políticos de consolidação epistemológica do campo. Desse modo, advogamos pela riqueza do diálogo entre as áreas, seja nos conceitos ou em cunho metodológico, mas por uma coalizão ampla. O segundo aspecto diz respeito ao acompanhamento constante da produção, considerando inclusive a emergência de PPG com área delimitada, ao qual outros devem seguir como exemplo de proposição. Como terceiro ponto, destacamos que as diferenças no número da produção acadêmica por região evidente na pesquisa é reflexo da própria assimetria em termos de oferta de pós-graduação *stricto sensu* no país – mudança que precisa ser operada com urgência.

Por fim, é importante reconhecer que o campo está (re)configurando-se e definindo-se com os esforços de um trabalho coletivo de pesquisadores. Eles legitimam o seu fazer acadêmico em espaços diversos, como núcleos e grupos de pesquisa, associações e grupos/comitês de trabalho, assim como em eventos e periódicos já com escopo delimitado, aglutinando um número de expressão reconhecida nacionalmente no âmbito da pesquisa acadêmica e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMO, G.A.; BERNARDES, M.R. Produção de conhecimento. *Educação & Sociedade*, 94, 179-198, 2006

BONFIM, C. R. de S. Educação sexual: contradições, limites e possibilidades. *Filosofia E Educação*, 2(2), 406-423, 2010.

BOURDIEU, J. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual*: Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Capes. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&id_programa=205060

CARRARA, S.; FRANÇA, I.L.; SIMÕES, J.A. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. *Revista de Antropologia*, 61 (1), 71-82, 2018.

CÉSAR, M.R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Educar em Revista*, 35, 37-51, 2009.

CIAVATTA, M. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In: *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 1995.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em 13 maio 2020.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GALVÃO, M.C.B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: *Fundamentos de epidemiologia*. 2.ed. A. 398ed. São Paulo: Manole, 2010.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf Acesso em 13 maio 2020.

GROSSI, M.P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revistas Estudos Feministas*, 12, 211-221, 2004. Iramuteq. Disponível em: www.iramuteq.org.

LOPES, I.L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, 31 (2), 60-71, 2012.

LOURO, G. "Produzindo sujeitos masculinos e cristãos". In: Veiga-Neto, A. (org.), *Críticapós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 83-107, 1995

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. "Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares". In: *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 33-47, 1998.

LOURO, G. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte. ed. Autêntica, 2000.

LOURO, G. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NASCIMENTO, F.L.S. A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971). Tese. UFRN. Natal, 2013.

NASCIMENTO, F.L.S. *A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)*. Natal: Editora IFRN, 2018.

POSSAS, L. M. V. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias. (2001- 2014). *História Revista*, 19(2), 7-26, 2014.

Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. <https://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/educacao-sexual/>

RIBEIRO, C.M; XAVIER FILHA, C. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. In: 36a. Reunião Nacional da Anped, 2013, Goiânia, GO. 36a. *Reunião Nacional da Anped*. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular. Goiânia, GO: UFGO, 2013. v. 1. p. 1-21, 2013.

SAVIANI, D. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. *Revista Brasileira de Educação*, 12 (34), (152-165), 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99, 1995.

Seminário Internacional Fazendo Gênero. http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581

SILVA, F.L. O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores. Dissertação. UFRN. Natal, 2010.

SILVA, T.T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOIHET, R.; PEDRO, J.M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, 54 (27), 281-300, 2007.

SOUZA, M.A.R.DE; WALL, M.L.; THULER, A.C.D M.C.; LOWEN, I.M.V.; PERES, A.M. O uso do *software* IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, 1-7, 2018.

VIDAL, D.G. "Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930". In: SOUZA, C.P. (Org.). *História da Educação*. Processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 2002.